

LEIA NESTA EDIÇÃO

A presença da CUT na luta pelas diretas

O Brasil deve parar no dia 24 de abril — véspera da votação da emenda Dante de Oliveira — como forma de pressionar o Congresso Nacional a aprovar a volta das eleições diretas no país. Essa é a proposta que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) está fazendo ao

Comitê Nacional de luta pelas diretas.

Três propostas disputam a direção

Este número inclui um Suplemento com um resumo de quatro propostas que disputarão a direção nacional do PT no Encontro Nacional. A primeira é encabeçada pelo Lula, a segunda pelo Virgílio Guimarães, a terceira pelo José Genoíno e a quarta proposta, um Projeto de Ruptura Popular, encabeçada por Bruno Maranhão, será distribuída na íntegra, aos delegados dentro do

próprio encontro. Também no Suplemento um informe especial sobre as finanças do PT.

Como será eleito o Diretório Nacional

Perto de 260 delegados de todos os estados do Brasil estarão presentes na Pré-Convenção Nacional de abril, que irá escolher o novo Diretório Nacional do PT. A matéria da página 3 conta quem são e de onde vêm os delegados, como serão formadas as chapas e como, desse processo, resultado de um amplo debate no interior do partido, sairá o novo Diretório Nacional.



BOLETIM NACIONAL

Órgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores — Rua Desembargador Guimarães, 72 — CEP 05002 — São Paulo — SP

Número 6 — 1º de abril de 1984



33095
LUIZ SERGIO G DA SILVA 60007
R JOAQUIM TAVOLA 1589
04015 SÃO PAULO SP

IMPRESSO

UTILIZE o cupom ao lado para solicitar o envio regular do "Boletim Nacional" para militantes ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores que ainda não estão incluídos na nossa lista de remessa.

PREENCHA o cupom e envie para Secretaria Geral Nacional, Rua Desembargador Guimarães, 72 — CEP 05002 — São Paulo — SP.

NÃO ESQUEÇA de assinalar o CEP dos endereços relacionados.

BOLETIM NACIONAL
nº 6 — 1º de abril de 1984
Editado pela Secretaria Geral Nacional
Redação: Altino Dantas
Distrib.: João Salles, Alberto A. dos Santos e João Batista

INDICO as seguintes pessoas abaixo relacionadas para que passem a receber o BOLETIM NACIONAL do Partido dos Trabalhadores:

Nome:

Endereço:

Nome:

Endereço:

Nome:

Endereço:

(Se o espaço for insuficiente, complete a lista numa folha anexa).

Quem indica: (nome, endereço)

Como contribuir com o boletim nacional do PT

Já estão chegando à sede do PT em São Paulo as primeiras contribuições para o Boletim Nacional (BN) do partido. Chegam a uma média de Cr\$ 10 mil por dia, que é muito boa, mas ainda insuficiente para cobrir os custos da publicação.

Como se sabe, cada edição de 45 mil exemplares sai, mais ou menos, por Cr\$ 2 milhões. Isso significa quase Cr\$ 50 por exemplar. Se a edição for aumentada — e deve ser para atingir a um número bem maior de filiados e militantes — o custo fica ainda mais milionário.

Para quem não tem condições de pagar, não se pede nada e também não se tira nada — todo mundo continuará recebendo o BN. Para quem pode, pede-se uma contribuição de apenas Cr\$ 600 (12 exemplares). Já para os mais abonados, o partido está de bolsos abertos a fim de receber contribuições maiores que financiarão, automaticamente, os militantes e filiados sem recursos.

O dinheiro para o BN pode ser enviado de duas maneiras. Ou por carta, para a sede, em nome do Partido dos Trabalhadores. Ou por depósito, no Banco Itaú, agência 414 (SP), na conta n.º 16 996-1, aberta em nome de Francisco C. Weffort.

Mapa de Distribuição do Boletim Nacional

Estados	Out.	Jan.	Março
AC	11	24	159
AL	38	146	188
AM	59	102	358
BA	111	530	1.200
CE	26	271	533
DF	195	356	543
ES	131	316	443
GO	227	434	1.721
MA	5	173	355
MT	97	129	183
MS	64	560	2.765
MG	657	3.605	5.550
PA	60	144	201
PB	94	396	909
PR	84	603	956
PE	92	337	532
PI	63	259	532
RJ	599	1.479	2.312
RN	78	262	400
RS	814	1.669	2.789
SC	122	508	666
SP	3.360	8.034	15.426
SE	45	192	268
AP	60	67	96
RO	96	116	349
RR	5	5	9
Total geral	7.141	20.544	39.651*

* Mais 4 mil em processo de inclusão no computador.

ELEIÇÕES DIRETAS

Enterrar o cadáver

A campanha pelas eleições diretas às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, está sofrendo das hesitações dos setores dirigentes do PMDB e do PDT. No Rio, Leonel Brizola deu sinais claros de recuo ao não comparecer à manifestação de 20 de março. Em São Paulo, o PMDB vacila no seu apoio à manifestação prevista para 16 de abril.

Nós, do PT, esperamos que os setores mais combativos destes partidos se imponham, nesta hora, às suas vacilantes direções. O destino da votação no Congresso está ligado à movimentação das massas nas ruas. Deixar a campanha cair de ímpeto num momento como este só pode servir aos defensores do ilegítimo Colégio Eleitoral que aí está e aos que, mesmo no interior de certos partidos de oposição, preparam a conciliação com o regime.

Que há um grande “conchavo” em marcha é coisa que todos sabemos. Basta lembrar a visita do Secretário Geral do PMDB, o senador “biônico” Afonso Camargo, ao General Rubens Ludwig, homem da confiança de Figueiredo no Palácio do Planalto. Quem tiver dúvidas, que se lembre das muitas declarações do governador Tancredo Neves, sugerindo uma aproxima-

ção com os interesses políticos de setores do regime. Aliás, Afonso Camargo é homem de confiança de Tancredo no PMDB. São sinais que se somam a outros para indicar que há, dentro dos partidos de oposição, setores influentes preparando, desde agora, o “conchavo” no Colégio Eleitoral. Eles querem enterrar a emenda Dante de Oliveira antes mesmo de ser votada.

Nós, do PT, temos posição firmada sobre estas questões. Manteremos a luta pelas diretas qualquer que seja o resultado da votação no Congresso sobre a emenda Dante de Oliveira. Há outras emendas em pauta restabelecendo as diretas e poderão também ser votadas. Além disso, queremos deixar claro que a nossa luta contra o Colégio Eleitoral continuará até que tenhamos alcançado a vitória. Manteremos o movimento nas ruas e faremos com que os conciliadores paguem um alto preço por seus “conchavos”. Nosso objetivo não é de compor com o regime que aí está mas o de ajudar a acabar com ele, contribuindo assim para a conquista da democracia no país. O regime militar é hoje um cadáver, em apodrecimento e cheirando mal. Nossa missão e a dos demais partidos de oposição é a de enterrá-lo.

CONVENÇÃO

A mudança para São Paulo

O PT decidiu transferir a Convenção Nacional de Brasília para São Paulo, porque a maioria dos filiados — e, portanto, dos delegados — é desse estado, Rio e Minas. O encontro começa no dia 6 de abril, às 17 horas, e vai até dia 8, no mesmo horário. O local escolhido é um hotel — o Pampas, de São Bernardo do Campo —, para proporcionar maior concentração dos trabalhos e maior convivência dos delegados. Para o sábado à noite, está marcado um jantar de confraternização entre os participantes.

Cada delegado pagará uma taxa, que dá direito a alojamento e alimentação. Quem for de São Paulo, pagará a mais elevada (Cr\$ 25 mil), já que não terá maiores despesas com transporte. Pelo mesmo critério, os delegados de Rio, Minas, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina pagarão Cr\$ 15 mil, os gaúchos Cr\$ 10 mil, e os outros Cr\$ 5 mil.

ELEIÇÕES

Santos próximo da autonomia

Há longos anos Santos, como muitas outras cidades brasileiras, não tem o direito de escolher o seu prefeito em razão de um absurdo conceito de Segurança Nacional que vê no povo o grande inimigo.

Santos conquistou sua autonomia, que deverá ser concretizada no próximo dia 3 de junho com a eleição do prefeito pelos eleitores locais. Essa eleição se dará no bojo da campanha pelas eleições diretas e terá uma importância nacional por ser a cidade de Santos um importante reduto oposicionista dos trabalhadores.

O PT está na disputa efetiva dessa eleição com três sublegendas: Telma de Souza (prefeito) e José Antonio Lima (vice-prefeito); Nobel Soares (prefeito) e Gerson Guimarães (vice-prefeito); Jessé Rebelo (prefeito) e José Salan (vice-prefeito). O PT no Estado de São Paulo já começa a se mobilizar para dar apoio material e político aos companheiros santistas.

Como será eleito o Diretório

A Pré-Convenção Nacional do PT, a ser realizada neste mês, terá a importante missão de renovar o Diretório Nacional do partido. Mas essa renovação não será resultado apenas dos trabalhos desenvolvidos no decorrer da Pré-Convenção e sim de um amplo e democrático debate no interior do PT — organizado pela Comissão Executiva Nacional, contando com a participação desde as direções centrais e intermediárias até as bases e contemplando as divergências de correntes de pensamento existentes nas fileiras do partido. A seguir, um resumo dos critérios propostos pelo Diretório Nacional para orientar a Pré-Convenção:

● **Participação** — Têm direito a voz e voto os delegados eleitos nas Pré-Convenções Regionais, na proporção de um por mil filiados em cada estado (frações de 500 ou mais filiados garantem a presença de mais um delegado). Com base nesses cálculos, São Paulo, por exemplo, que conta com 93 626 filiados, será representado por 94 delegados e Alagoas, com 860 filiados, irá comparecer com um delegado (*ver tabela*). Também têm direito a voz e voto os delegados oficiais efetivos do Estado, eleitos para a Convenção Nacional Oficial e seus suplentes (em caso de ausência comunicada pelos efetivos ou de sua presença, por outros critérios, já que não há voto cumulativo), bem como os deputados federais e os membros efetivos e suplentes da Executiva Nacional.

De acordo com as decisões do partido, haverá ainda participantes apenas com direito a voz. Nessa categoria, enquadram-se os integrantes do Diretório Nacional que não forem também da Executiva Nacional e os convidados do Diretório e Executiva Nacionais, a serem sugeridos, inclusive, pelos próprios Diretórios Regionais.

É importante destacar que todos os delegados devem estar quites com as respectivas Tesourarias. Do mesmo modo, os Estados deverão estar quites com a Tesouraria Nacional.

● **Chapas** — A inscrição das chapas que irão concorrer à eleição do Diretório Nacional deve ser feita completa, ou seja, com 66 candidatos: 49 aos cargos efetivos e 17 à suplência. Os nomes de todos eles devem ser apresentados na mesma ordem da composição final do Diretório. Convém ressal-

tar que cada nome pode aparecer em apenas uma chapa. A inscrição — com no mínimo 80% das assinaturas dos integrantes da chapa — pode ocorrer até durante a própria Pré-Convenção, em horário a ser determinado pela Mesa. É recomendável que a formação das chapas leve em conta a conveniência de representação de todos os estados, com peso específico segundo a população, eleitorado, filiados, etc.

● **Eleição** — Os delegados com direito a voz e voto irão eleger diretamente o presidente do partido, também presidente da Comissão Executiva Nacional. A Chapa que conseguir 90% ou mais dos votos será considerada eleita. Caso nenhuma delas atenda a esse requisito, o Diretório Nacional será constituído proporcionalmente pelas chapas concorrentes (com exceção das que obtiverem menos de 10% dos votos). A ordem dos integrantes obedecerá à de sua colocação na chapa. Quanto à Comissão Executiva Nacional, fora o presidente, será escolhida pelo Diretório Nacional, logo após sua eleição. Não é permitida a acumulação de cargos, em qualquer nível das Comissões Executivas (de nacionais a distritais).

A PRESENÇA DOS ESTADOS

Estado	Filiados (Nº)	Delegados (Nº)
SP	93.626	94
RJ	30.890	31
MG	23.387	23
RS	19.529	20
PR	12.215	12
BA	11.730	12
PE	8.147	8
PA	8.044	8
GO	7.752	8
CE	7.579	8
SC	6.870	7
PB	5.172	5
ES	4.693	5
PI	3.315	3
RN	2.738	3
MT	2.573	3
AM	2.134	2
DF	2.200	2
RO	1.437	1
MA	1.394	1
AC	1.264	1
SE	1.236	1
AL	860	1
MS	741	1
AP	501	1
Total	232.627	261

* Além destes delegados, São Paulo tem direito a 12 delegados oficiais e os outros estados 2 cada um deles.

Como será o partido depois do encontro de abril?

Lula: O Partido dos Trabalhadores sairá do encontro de abril com uma nova direção nacional que, a meu ver, deverá ser muito mais atuante como direção partidária do que esta que agora termina o seu mandato. Precisamos colocar no Diretório companheiros que possam ser reconhecidos como dirigentes nacionais, dentro e fora do PT, por sua representatividade e por seu empenho no processo da construção partidária.

Caberá à nova direção retomar algumas orientações que estão na proposta original do PT e que, até agora, não pudemos cumprir a contento. Os núcleos de base deverão merecer atenção fundamental. Em muitos Estados temos ainda que consolidar os Diretórios Regionais. E sabemos que mesmo onde estes se acham consolidados, ainda há muito que fazer para implantar o PT na maioria dos municípios. A nova direção deverá ter na cabeça que embora o PT se ache legalizado, temeroso muito a fazer de consolidá-lo como o partido de massas que queremos.

Precisamos de uma direção mais atuante junto ao partido porque precisamos de um PT mais atuante junto aos movimentos dos trabalhadores e à luta política em geral. Em abril teremos um grande momento da campanha pelas eleições diretas e sabemos que o PT continuará na luta quaisquer que sejam os resultados da votação da emenda Dante de Oliveira no Colégio Eleitoral, de modo a impedir o "conchavão" que andam preparando por aí contra os interesses dos trabalhadores.

Mas abril também dará início a uma nova etapa nas lutas dos trabalhadores por salários e melhores condições de vida. Com a inflação aos duzentos e tantos por cento e com a atual política econômica, é evidente que os trabalhadores terão que dar novos passos na defesa dos seus interesses. Apoiar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é um ponto de honra para nós. E devemos estar preparados para levar o nosso apoio a todas as suas lutas, inclusive a greve geral.

Em resumo: depois de abril o PT iniciará a sua etapa de consolidação como o partido de massas que queremos. E isso se fará, lado a lado com os trabalhadores nas suas lutas.

SECRETARIAS

SINDICATOS

Dirigentes cassados voltam ao ABC

Os trabalhadores do ABC já decidiram: Lula e Jair Menegueli — entre outros dirigentes cassados pelo governo — devem retornar à direção do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, nas eleições de julho próximo.

A indicação dos membros da nova chapa vem sendo feita pelos trabalhadores, num amplo processo de consultas e convenções levado à prática nas grandes fábricas do ABC nos últimos meses. Se os dirigentes cassados forem impugnados pelo Ministério do Trabalho, passadas as eleições, os metalúrgicos farão uma assembléia para referendar, na prática, os nomes dos companheiros vetados.

SINDICATOS

A nova direção dos jornalistas

O sindicato dos jornalistas de São Paulo passará a ser presidido, a partir de maio, pelo petista Gabriel Romeiro, editor do programa "Globo Rural". Ele liderou a chapa 2, de oposição, cujo critério fundamental de composição foi o da representatividade dos candidatos junto à categoria (composição, aliás, realizada durante uma convenção ampla, aberta a todos os jornalistas), sem qualquer restrição de ordem partidária. A proposta da chapa vitoriosa é a de revitalizar o sindicato, incentivando a mobilização de seus associados, dando um tom mais agressivo nas negociações com o patronato e reintegrando a entidade nas lutas gerais dos trabalhadores. Isso, de forma independente, tanto do governo quanto dos partidos.

PESQUISA

Lula está dando muito ibope

Mesmo já tendo por várias vezes afirmado que não é candidato à Presidência da República — pois seu compromisso é com as eleições diretas no

momento — Lula aparece, nas pesquisas, como um dos nomes preferidos para disputar a sucessão do general Figueiredo. Na pesquisa do IBOP, por exemplo, realizada entre 29 de fevereiro e 2 de março, o presidente nacional do PT surgiu como a segunda personalidade da oposição mais apta a concorrer com o governo em pleito direto (7,6% dos entrevistados em oito capitais). Ficou atrás apenas de Brizola (13,1%).

CUT

Greve geral dia 24 pelas diretas

O Brasil deve parar dia 24 de abril para pressionar o Congresso Nacional

institucional contra o regime, contestando simultaneamente suas bases econômicas e políticas. A intenção da CUT é fazer com que no dia 24 amplas parcelas do povo brasileiro saiam às ruas do país com esse duplo objetivo.

INTERNACIONAL

Remédios para a Nicarágua

Diante do agravamento da ameaça de intervenção militar na Nicarágua, a Secretaria de Relações Internacionais do PT solicita a todos os militantes que incrementem a campanha de remédios, concentrando-se nos seguintes tipos: seringas descartáveis, Glucantine ou Fluodim, Pomadas ou pós para queimaduras.



a aprovar a volta das eleições diretas para Presidente da República. Essa é a proposta que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) faz ao Comitê Nacional de luta pelas diretas, que está coordenando a mobilização nacional de protesto que deverá ocorrer na terça-feira (dia 24) — véspera da votação da emenda Dante de Oliveira.

A CUT defende a proposta de paralisação como forma de ampliar a luta

O avião da VARIG que transportará os medicamentos partirá no fim de abril. Os remédios devem ser enviados para a sede nacional do PT.

Além disso, os companheiros interessados em trabalhar na Nicarágua como médicos ou enfermeiros devem enviar seus currículos e o xerox do diploma também para a Sede Nacional do PT, com urgência, para Zelic Trajber ou Ana Corbisier.

Por um PT de massa

As propostas que aqui apresentamos visam superar as dificuldades que o PT enfrenta atualmente e transformá-lo num verdadeiro partido de massa e numa direção política da própria classe trabalhadora.

Reorganizar o PT

Propomos dar ênfase aos seguintes pontos:

- fortalecer os núcleos, dando-lhes poder deliberativo e cobrando sua estreita ligação com os movimentos de massa;

- melhorar a formação política dos filiados, através de programas sistemáticos e da reflexão conjunta sobre as experiências de luta;

- formular um programa de atuação parlamentar que, sem substituir a organização e a luta dos trabalhadores, aproveite ao máximo as possibilidades do parlamento;

- elaborar planos de finanças eficazes e responsabilizar todos — e não apenas tesoureiros e órgãos de direção — pelo seu êxito;

- intensificar a atuação nos movimentos popular e sindical, traçando políticas claras e definidas, mas sempre respeitando a sua autonomia;

- exigir de todos os petistas que se submetam às diretrizes e instâncias partidárias, e não tendem confundir o PT com uma frente nem passar posições alheias ao partido.

Contra o regime

Nosso objetivo político prioritário, neste momento, é impulsionar o movimento de massa para apressar o fim do regime militar e conquistar a democracia.

Lutamos, portanto — ao lado dos movimentos popular e sindical — contra a política econômica, pelo rompimento imediato dos acordos com o FMI, e pela suspensão imediata

ao pagamento da dívida externa, com análise de cada caso.

Queremos uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com mudanças profundas nas relações de propriedade e trabalho no campo e garantia de fornecimento de créditos, tecnologia, meios de transporte e de armazenamento.

Contra um dos principais esteios do regime militar — que é a forma indireta de sucessão presidencial — lutamos por eleições livres e diretas em todos os níveis, notadamente para presidente da República. E não apenas por razões táticas, mas porque só ao povo cabe escolher seus governantes. Queremos eleições sem casuismos, proibições, restrições ou inelegibilidades, e com direito de voto para soldados e analfabetos e ampla liberdade de organização partidária. Condenamos o Colégio Eleitoral, combatemos qualquer participação no processo de eleições indiretas e qualquer conciliação com o regime. Queremos eleições em dois turnos, com todas as forças lançando candidatos no primeiro e disputando apenas os dois mais votados no segundo. O PT não deve lançar candidatos agora: deve decidir essa questão numa convenção nacional extraordinária quando o direito às diretas estiver conquistado.

Nessas lutas, em que está ao lado de outras forças, o PT não deve perder sua identidade nem sua independência. Devemos levar nossas propostas às bases sociais e nelas buscar apoios, sem acordos de cúpula e de gabinete.

Devemos apoiar o desdobramento da campanha em grandes jornadas de lutas de massa contra o regime, inclusive a greve geral, tal como foi proposta pela CUT aos comitês pró-diretas. E o PT deve aprofundar o debate interno sobre a Constituinte.

Lutar por eleições significa que queremos os trabalhadores nos governos. Mas governo é apenas uma parte do poder, que exprime as relações de

(Resumo feito pelos autores)

dominação econômica, social, política e cultural existentes na sociedade.

Para mudar o caráter do Estado, e com isso, contribuir para a transformação da sociedade, queremos, além do governo, também o poder. Mas a oportunidade da tomada do poder ainda não está colocada de forma clara e consciente para a totalidade da classe trabalhadora. Além disso, poder não apenas se toma, mas também se constrói. Portanto, devemos fortalecer a capacidade de organização e de luta dos trabalhadores.

Para conquistar os governos — e também o poder — precisamos ter propostas concretas. Assumimos, pois, como nossas, as propostas de governo contidas nos documentos básicos do PT, principalmente, as do texto intitulado “Terra, Trabalho e Liberdade”.

Resumindo: nossas propostas visam fortalecer o PT e transformá-lo num verdadeiro partido de massa, para que ele apoie as lutas populares pelo fim do regime militar. Para isso é preciso lutar por eleições livres e diretas, aprofundar as formas de lutas — inclusive a greve geral — e construir um poder político através de conselhos populares e da conquista de governos pelos trabalhadores. Queremos criar, assim, um espaço democrático para mudar o caráter do Estado e contribuir para transformações profundas, que levem a uma sociedade sem explorados nem exploradores, sem a divisão entre governados e governantes. Nossa meta é a o socialismo.

Assinam: Lula, Jacó, Weffort, Greenhalgh, Djalma, Devanir, José Dirceu, Perseu, Bicudo, Gushiken (SP); Olívio e Clovis (RS); Dulci e Mares Guia (MG); Apolonio (RJ); Perly (ES); Paulo Rubens (PE); Vitorio (PR), Mescoloto (SC), Neumar (RO); Athos (GO); e outros.

O PT na direção da luta

(Resumo feito pelos autores)

Companheiros,

O partido realizará agora seu Encontro Nacional em meio à mais grave crise já vivida pela sociedade brasileira. Uma crise cujo desfecho é ainda uma incerteza. Uma crise cheia de perigos mas, ao mesmo tempo, repleta de possibilidades para as classes trabalhadoras. Por isso mesmo é preciso ousar, é preciso armar o partido ideológica, política e organicamente, colocando o PT à altura dos grandes desafios do momento. É com este propósito que apresentamos a presente plataforma.

1) Sem liberdade a vida não vai mudar: pelo fim da ditadura militar:

A crise que atravessamos é global: política, econômica e social. É tão profunda que as classes dominantes se acham divididas entre diversas soluções; mas todas entendem que a saída fundamental para a crise está, antes de mais nada na exclusão política e no aprofundamento do arrocho sobre a classe trabalhadora e o povo. É por isso cada vez mais patente que sem por fim a este regime militar, sem se conquistar as mais amplas liberdades democráticas, as reivindicações do povo nunca serão arrancadas das classes dominantes.

2) Construir uma alternativa operária e popular frente à crise:

O PT não se nega a acordos pontuais com outros setores da oposição; mas, de forma alguma se lançará a alianças globais com as classes dominantes. Não podemos nos contentar em apoiar o setor menos ruim da burguesia. Ao contrário o PT lutará pela constituição de uma alternativa operária e popular contra a ditadura, suas bases de sustentação social e os projetos de transição controlada das classes dominantes. Para isso o partido centrará sua tática em mobilizações de massa as mais amplas e poli-

tizadas em torno de uma plataforma que abarca as questões centrais da crise: 1º) Por eleições livres e diretas já, pelo fim do regime militar, por uma constituinte livre e soberana; 2º) Pelo fim da política econômica de arrocho e desemprego; 3º) Pelo rompimento dos acordos com o FMI e com os banqueiros internacionais; 4º) Pela reforma agrária.

O PT não pode mais adiar sua definição frente à questão da *constituinte*; ela é a bandeira que globaliza e resume todas as reivindicações democráticas e por isso está cada vez mais na ordem do dia.

3) Diretas já; Lula para presidente: A campanha das diretas expressa hoje toda a insatisfação do povo contra o regime. Além de sua conquista democrática importante as diretas são principalmente o caminho por onde constituir um bloco de todas as forças operárias e populares contra a ditadura militar. Não se recusando a bater junto com as demais forças da oposição liberal mas cuidando sempre de marchar separado, o PT deve neste processo privilegiar as grandes mobilizações de massa, agitar permanentemente sua plataforma e, sobretudo, esforçar-se para fazer da classe operária a coluna vertebral desta luta inserindo-a na campanha por meio de greves gerais e jornadas de protesto cada vez mais amplas e politizadas.

A disputa da hegemonia com os liberais requer, além das medidas acima, o lançamento de uma candidatura própria das forças operárias e populares. O PT, através de Lula, é quem possui o nome de maior expressão e ressonância neste campo. E seu lançamento já, como pré-candidato, ao invés de fechar as portas para possíveis composições posteriores com estas forças, na

verdade forçará o rompimento com o PMDB e o PDT daquelas correntes operárias e populares que hoje lá se abrigam.

4) A questão do poder: Por um Governo dos Trabalhadores: Hoje, a tomada do poder não se coloca na ordem do dia como tarefa imediata. Mas é importante que desde já o PT oriente as massas num rumo estratégico definido, a nível de sua propaganda, colocando a meta de um Governo dos Trabalhadores e de um programa rumo ao socialismo (a Plataforma Trabalho, Terra e Liberdade, da campanha de 82).

5) Por um PT dirigente e de massas: Para se elevar à altura das tarefas políticas do momento o PT não pode mais ser apenas um partido de "expressão" das lutas sociais dos trabalhadores. O partido precisa enraizar-se nas massas, conquistar centenas de milhares de reais militantes e ousar tornar-se direção da classe trabalhadora e demais setores rumo à disputa do poder político. Para isso é urgente avançar na construção orgânica do PT, criando um jornal militante, baseando o partido em núcleos efetivos voltados para a intervenção política, implantando secretarias e linhas de ação setorial nos diversos movimentos sociais, dotando o aparato partidário de uma estável estrutura de finanças e avançando na democracia e na centralização de toda a sua militância de base e de direção.

Assinam: Virgílio Guimarães de Paula e Aloísio Marques (MG); Raul Pont e Nelson Sá (RS); Joaquim Soriano e José Emídio de Souza (RJ); Flávio Andrade e Keiji Kanashiro (SP); Ronaldo Barbosa Ferreira (PB); e outros.

Pelo fim do regime militar

(Resumo feito pelos autores)

Apresentamos nossa proposta sobre o momento político, a correlação de forças, os desafios colocados e o caminho a seguir. Defendemos concentrar a luta no regime militar em crise, combatendo a conciliação. Apontamos a urgência da construção de um oposicionismo popular diferenciado e independente, com base numa plataforma própria de ação imediata, a partir de amplo movimento político geral anti-governo. Indicamos a necessidade de um norte — a conquista do poder de Estado pelos trabalhadores em luta e o socialismo — que oriente nossos passos naquela direção. E vemos o fortalecimento organizativo do partido como uma decorrência do seu fortalecimento político.

A crise econômica continua sendo o pano de fundo da conjuntura.

Mas, o elo principal da crise brasileira global é a crise política, do regime ditatorial-militar de 64. E a questão-chave situa-se na saída política.

A política de “abertura”, de transição controlada de uma ditadura militar clássica para um regime repressivo e restritivo mais aberto, enfrenta problemas. As forças de sustentação do Sistema pós-64 dividem-se e disputam entre si, em função da sucessão presidencial. Com o esgotamento do regime político de 20 anos e a possibilidade de uma explosão popular, ganha corpo a tendência a um novo pacto entre as elites visando promover reformas por cima.

O nível de consciência, organização e luta do movimento de massas ainda não está à altura do momento histórico. Mas abrem-se grandes perspectivas para o seu avanço, pela amplitude das atuais mobilizações, seu caráter eminentemente político e potencial de radicalização contra o regime.

Apesar da amplitude dessas manifestações, o movimento apresenta debilidades em termos de manter por conta própria o nível de mobilização e sustentar posição diante de pressões maiores.

Afora isso, o movimento sindical brasileiro enfrenta uma situação de divisão. Embora a CUT reúna a maioria dos setores combativos, coloca-se a tarefa da reunificação do movimento sindical, em cima de um plano de ação, da criação de uma pressão de base pela unidade na luta, e da convocação de um Congresso unitário em direção a uma Central unificada.

Para unificar politicamente movimento de massas em torno de metas próprias, construindo sua independência em relação ao oposicionismo liberal-reformista, é necessário uma plataforma com as principais exigências populares imediatas, aquelas que têm maior poder mobilizador. Esta plataforma direcionará a luta contra o regime militar, combatendo a conciliação, globalizará as bandeiras num todo único e definirá um posicionamento geral que questiona as bases do atual sistema de governo. É uma demarcação clara com as propostas das oposições burguesas.

Uma plataforma deste tipo pode ser sintetizada em 4 pontos:

— Eleições presidenciais diretas com liberdade, com o desmantelamento do SNI e demais polícias políticas, revogação da LSN, liberdade e autonomia sindical, direito de greve, liberdade partidária e eleitoral;

— Fim dos “pacotes” de arrocho, desemprego e carestia;

— Revogação dos acordos com o FMI e não pagamento da dívida aos banqueiros internacionais;

— Atendimento das reivindicações imediatas dos trabalhadores rurais

no sentido de uma Reforma Agrária radical.

O oposicionismo burguês é conciliador. Visa uma superação negociada do regime político pós-64 por reformas pelo alto. A negociação, e não a luta de massas, é o seu caminho fundamental. O oposicionismo popular, por sua vez, procura caminhar para uma derrubada do regime pela via da luta de massas, sem conciliação.

A oposição popular ainda não se constitui em uma grande força nacional unificada. Mas a sua construção é a tarefa chave nesta hora.

Por isso, a política de alianças do PT deve priorizar a formação de um campo político à esquerda e popular, incluindo setores avançados do PMDB, do PDT e independentes.

Na campanha das diretas, a questão central passa a ser o prosseguimento das grandes manifestações anti-governistas até a conquista das eleições presidenciais, com base naquela plataforma de exigências populares globais. Combatendo a conciliação e negando legitimidade ao Colégio Eleitoral.

Num instante de grandes imobilizações e em que o oposicionismo liberal-reformista desgasta-se nos governos estaduais, abre-se um grande espaço à esquerda. O PT, que já goza de simpatia, poderá crescer muito ocupando esse espaço, com uma atuação que responda às exigências da luta, enquanto partido amplo, democrático e de ação política. Seu crescimento será resultado da sua intervenção no movimento, feita por meio dos núcleos e diretórios, a serem dinamizados enquanto órgãos dessa intervenção.

Assinam: José Genoino Neto e Ivan Valente (SP); Paulo de Tarso Carneiro (RS) e Clivaldo Nunes (RJ).

Finanças do PT: uma tarefa política

O Partido dos Trabalhadores tem suas formas próprias de arrecadar finanças. A principal e permanente é a contribuição mensal de cada filiado. Outras permanentes são o Fundo Partidário e as contribuições dos Parlamentares conforme determina a "Carta Eleitoral de 1982". Além dessas, o PT tem as mais variadas e criativas formas de arrecadação extra, como contribuição dos simpatizantes, vendas de material de propaganda, festas, etc.

TAREFA POLÍTICA

Conseguir recursos para a sustentação da estrutura partidária é uma *tarefa política* básica e fundamental de todo filiado, militante e dirigente petista. Ou assumimos esta tarefa de forma disciplinada e com atitudes práticas de quem entende que o PT precisa andar pelas suas próprias pernas ou seremos um partido sem recursos, para levar à prática nossas propostas políticas e organizativas para a classe trabalhadora.

Até o presente momento, apesar do grande esforço da Tesouraria Nacional e do apoio que recebe da Comissão Executiva e do Diretório Nacional, a verdade é que a maioria dos filiados e dos organismos do PT não têm cumprido as tarefas de contribuir para o sustento do PT. E, quando o fazem, salvo algumas exceções, não se preocupam em cumprir os planos aprovados na Pré-Convenção Nacional. Não é raro encontrarmos dirigentes de diretórios que ignoram completamente quais são nossos planos e critérios de arrecadação.

Este é o caso, por exemplo, da contribuição mensal de cada *filiado*. O "Plano Nacional de Arrecadação Financeira" prevê uma contribuição mínima mensal por filiado, para seu Núcleo ou Diretório (quando o núcleo não estiver ainda organizado) de um valor equivalente a um cafezinho. Ou seja, Cr\$ 100,00, (segundo o preço médio nacional atualmente). Essa contribuição pode e deve ser maior de acordo com o estipulado no Núcleo ou Diretório local, porém, o mínimo é o cafezinho.

Está previsto e aprovado no plano

também, que parcelas de total arrecadado de cada organismo (Núcleo, Diretório Municipal e Diretório Estadual) são repassadas, em 10% do total, para o Diretório Nacional. Se fizermos um cálculo rápido, por hipótese, para quinhentos mil filiados, teríamos uma arrecadação mensal, a nível nacional, de cinquenta milhões dos quais cinco se destinariam ao Diretório Nacional.

Isto não está sendo cumprido. Por isso apelamos aos companheiros e aos organismos do Partido para assumirem já, com todo o vigor, boa vontade e disciplina partidária, não só a contribuição mas o *envio* das parcelas previstas às respectivas instâncias organizativas do Partido.

SITUAÇÃO ATUAL

O quadro atual das contribuições dos Diretórios Estaduais para o Diretório Nacional é desalentador. Mesmo a Tesouraria Nacional tendo creditado a cada Estado as parcelas das quatro cotas recebidas do Fundo Partidário em 1983 (Cr\$ 3.828.029,00), apenas oito estados (São Paulo, Amazonas, Distrito Federal, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Acre e Rondônia) estão em dia até o mês de dezembro de 1983. E até julho de 1983: Espírito Santo e Amapá.

Destes estados apenas São Paulo, Espírito Santo e Distrito Federal estão em dia com a contribuição das mensalidades. Os outros foram atualizados com o crédito do Fundo Partidário.

Os quadros demonstrativos dos valores em atraso assim como os créditos do Fundo Partidário têm sido enviados mensalmente aos Diretórios Estaduais e Membros do Diretório Nacional. Cabe ainda deixar bem claro que na resolução aprovada na Convenção Nacional e reiteradas nas reuniões do Diretório Nacional (inclusive na última que elaborou as normas da pré-convenção), está prevista a perda dos direitos de representação nas reuniões do Partido para quem estiver em dívida com o Partido. *No caso dos Estados, há portanto, necessidade urgente de reverter à Tesouraria Nacional 20% dos valores em atraso de toda a dívida acu-*

mulada até 7 de abril/84. O restante será dividido em 4 promissórias a serem resgatadas nos meses subsequentes.

"Quem não estiver em dia com as finanças não vota". Esta é a lei do PT e vale para todos. Portanto, companheiros, vamos fazer um esforço, para resolver mais esta questão política.

SITUAÇÃO DOS PARLAMENTARES

O plano de contribuição dos Deputados Federais está em andamento desde fevereiro de 1983.

A contribuição dos Deputados Federais tem sido calculada em 40% dos proventos considerando-se, segundo decisão do Diretório Nacional, o fixo mais variável mais seções extras.

A Tesouraria Nacional apresentou ao Diretório um quadro demonstrativo da situação das contribuições dos parlamentares incluindo as despesas autorizadas pelo Partido, onde o total das contribuições de cada Deputado varia conforme o que efetivamente receberam. Dos 8 Dep. Fed., 5 estão com suas contribuições em dia e 3 encontram-se com atraso.

Após entendimentos que vêm sendo mantidos em reuniões dos parlamentares com a Executiva e com a Tesouraria, foram acertados os encaminhamentos específicos a cada Deputado. O Deputado Airton Soares voltou a contribuir a partir do mês de dezembro de 1983. A Deputada Bete Mendes propõe voltar a contribuir a partir de março de 1984. O Deputado José Eudes ficou de apresentar proposta.

DIRETÓRIO NACIONAL

Em função das dificuldades financeiras do PT, o Diretório Nacional estabeleceu uma contribuição extra para os seus próprios membros. A contribuição é de 5% dos salários de cada um e dela estão isentos os deputados e vereadores que fazem parte do Diretório.

Mas também esta contribuição não anda bem pois apenas 19 companheiros estão em dia com a contribuição, 18 estão em atraso e 37 nunca contribuíram.